

PARECER Nº 009/2019

FEVEREIRO

PREGÃO PRESENCIAL 004/2019

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL 004/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENDAMENTO DE VIAGEM, EMISSÃO DE BOLETO DE PASSAGEM AÉREAS PARA TRECHOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, IDA E VOLTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA E ÓRGÃOS A ELA VINCULADOS.

A CPL/ SEMMA,

Tratam os presentes da análise da minuta do PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2019, do tipo **menor preço por item**, prestação de serviço de agendamento de viagem, emissão de boleto de passagem aéreas para trechos nacionais e internacionais, ida e volta, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA e órgãos a ela vinculados.

I. RELATÓRIO

Foi realizada pesquisa de mercado que gerou o Levantamento Preliminar de Preços, no qual se conseguiu cotar um valor estimado total a ser licitado de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Feitas essas considerações, compulsando os autos verificamos:

1 - Autorização da Abertura da Licitação – Pregão Presencial conforme Despacho da SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE, Vânia Maria Azevedo Portela para deflagração do procedimento licitatório nos termos dos Art. 3º, inc. I da Lei da Modalidade Pregão nº 10.520/2002;

2 - Para auferir o preço médio o Núcleo de Administração e Finanças – NAF, realizou pesquisa de Mercado junto as seguintes empresas: **LINDA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME** - CNPJ Nº 07.146.872/0001-01, Av. Getúlio Vargas, 5 – A – Centro , CEP: 68.180-020 – ITAITUBA-PARÁ, **S.R.NOGUEIRA PEREIRA – ME, AV. MENDONÇA**

FURTADO, 3551 – LOJA 06, ALDEIA, 2º PISO, Paraiso Shopping, VINI COMÉRCIO E AGÊNCIA DE VIAGENS EIRELI-ME, END.: TRAV. VICTOR CAMPOS, Nº 67, Santarém-Pará; Em mínimo cumprimento ao que determina a Lei.

3 – Demonstração de Saldo Orçamentário, qual seja, Conforme Despacho do Chefe do NAF, Lana Cristina Rebelo de Sousa.

18.122.00032.050.4880-.3.3.90.33.00.00

18.122.00032.049.4189.3.3.90.33.00.00

5 – Portaria nº 010/2019, nomeando fiscal de contrato.

6 - Portaria nº 002/2019, nomeando o pregoeiro e sua equipe.

7 - Ainda em análise constam no processo a Minuta do Edital, Pregão Presencial nº 004/2019, anexos (termo de referência, minuta do contrato, carta de apresentação da documentação, carta proposta da licitante, declaração de cumprimento do no inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88, modelo de declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, declaração de qualidade e responsabilidade do produto ofertado e, por fim declaração de elaboração independente de proposta).

Estes são os fatos.

II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

Inicialmente é válido registrar que o exame jurídico prévio das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes de que tratam o parágrafo único do artigo 38, da lei nº 8.666/93, é exame “que se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a parte técnica dos mesmos.” (Tolosa Filho, Benedito de Licitações: Comentários, teoria e prática: Lei nº 8.666/93. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 119).

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumprido esclarecer, também, que toda verificação desta Assessoria Jurídica/SEMMA tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as

informações como técnicas dotadas de verossimilhanças, pois não possui a Assessoria Jurídica/SEMMA o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do inciso VI do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

Nota-se que em momento algum, se está fazendo qualquer juízo de valor quanto às razões elencadas pelos servidores que praticaram atos no intuito de justificar a referida contratação.

III. MÉRITO:

Tendo em vista tratar-se de, prestação de serviço de agendamento de viagem, emissão de boleto de passagem aéreas para trechos nacionais e internacionais, ida e volta, para atender as necessidades da secretaria municipal de meio ambiente – SEMMA e órgãos a ela vinculados, imperativa se faz a aplicação da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 em especial dos seus arts. 1.º, Caput e parágrafo único, 3º, I, II, III, IV, concomitantemente com o que prevê o Decreto nº 3.555 de 09 de agosto de 2000, Lei Municipal 18.347/10, seus artigos 7.º, Caput, I, II, III, IV e parágrafo único, 8º, I, II, todos diplomas que instituíram a modalidade licitatória Pregão Presencial, in verbis:

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

(...)

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das

propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

DECRETO Nº 3.555 DE 09 DE AGOSTO DE 2000

Art. 7º À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - determinar a abertura de licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV - homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Parágrafo único. Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

Ante o exposto, também se verificou que o presente processo está de acordo com a Lei Municipal 18.347/2010 que estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as Empresas de Pequeno Porte no âmbito Municipal de Santarém, aplicando ainda, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993, com as devidas alterações, e a Lei Complementar 123/2006 no que couber.

Da análise dos documentos acostados no RELATÓRIO citados retro (Vide supra) temos que foram cumpridos, os requisitos para continuidade válida do presente procedimento licitatório, Pregão Presencial.

IV. CONCLUSÃO:



Assim, em decorrência da análise do processo, conforme acima verificado, constatamos que está em consonância com os ditames da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002 que regulam o presente Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019, somente opinamos pela continuidade do procedimento respectivo, DESDE que observados os pontos levantados na legislação, tais como, à publicação dos atos, conforme disciplina a Lei de Licitações, lembrando que este Parecer versa unicamente sobre aos aspectos jurídicos ressalvados os elementos técnico-econômicos alheios à seara do Direito Administrativo.

É o Parecer/SEMMA,

S.M.J.

Santarém/PA, 12 de FEVEREIRO de 2019.

JOSELMA DE SOUSA MACIEL
Procuradora Jurídico do Município
Lei nº 20.204/2017 – OAB/PA 8459